



Câmara Municipal de Mairiporã

Estado de São Paulo

ATA DA REUNIÃO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 82/2024 QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Aos sete dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e um minuto, no Plenário "27 de Março", localizado no prédio da Câmara Municipal, na Alameda Tibiriçá, nº 422, realizou-se a 2ª Audiência Pública, referente ao Projeto de Lei nº 82/2024 que Estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2025, sob a direção do Vereador José Correia da Silva Neto, presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, ausentes o vice-presidente da comissão, Vereador Fernando Rachas Ribeiro e o secretário, Vereador Nilber Rosemberg Ladeia de Souza. Sendo assim, o presidente convidou o Vereador Eliomar da Silva Oliveira para compor a Mesa, juntamente com ele e o Vereador Marco Antonio Ribeiro Santos, bem como para funcionar como secretário ad hoc. Abertos os trabalhos, constatou-se a presença da Secretária Municipal da Fazenda, Sra. Silvana Francinete da Silva e dos Vereadores Doriedson Antonio da Silva Freitas e Leila Aparecida Ravazio. Abertos os trabalhos, o presidente convidou a secretária para que fizesse a explanação sobre o referido projeto, a qual foi acompanhada da apresentação de slides, demonstrando e detalhando todos os valores de receita e despesas, por programas e ações. Durante a apresentação da secretária, o Vereador e secretário da comissão, Vereador Nilber, se apresentou junto ao Plenário. Finda a apresentação, o presidente passou a palavra aos vereadores presentes. Dori Freitas – perguntou sobre o aumento dos valores destinados à câmara municipal, ao que a secretária informou que ainda está abaixo do que a câmara poderia solicitar e disse que o aumento do valor tem relação a gatos com reforma. A secretária fez ainda, um esclarecimento a respeito das emendas impositivas e reafirmou que o governo levará em conta a propostas mais votadas pela população. Informou também que cerca de 10 milhões serão destinados à previdência municipal. Quanto à coleta seletiva, concordou com o vereador, que parece pouco o valor destinado, mas que farão nova licitação, com um contrato mais amplo e essa dotação ficaria dentro de Serviços Urbanos. Disse que há previsão de concurso público para o próximo ano. Com relação aos gastos com campeonatos de futebol, respondeu que está dentro do



Câmara Municipal de Mairiporã

Estado de São Paulo

Programa 3009 – Esporte em Ação, Ação 2110, mas que não sabe precisar o valor das competições. Não havendo mais questionamentos por parte dos vereadores, o presidente passou a palavra ao público presente, ocasião em que o Sr. Mário César do Nascimento, membro do COMDEMA e CONCIDADE fez algumas observações sobre a Ação 2134 – Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Falou ainda, sobre a importância de criar o fundo e de ter a participação da sociedade civil e de ambientalistas do município. Prosseguindo, o munícipe disse não ter tido informações sobre valores disponíveis e utilizados, relacionado à Ação 1065 – Meu Juquery Limpo. Finalizando, perguntou quando será repassado ao Fundo do Meio Ambiente, o ICMS ecológico. A secretária respondeu que precisa de dados que não tem no momento para informar, mas se comprometeu a enviar posteriormente. Com relação ao (baixo) valor destinado no Programa Juquery Limpo, acredita, que é mantido na esperança de a secretaria conseguir ampliar com recursos externos. A Vereadora Leila fez questionamentos acerca dos valores destinados à Casa do Idoso (Programa 4006 – Atenção ao Idoso), ao que a secretaria esclareceu, explicando que parece ser pouco, mas que também existem ações vinculadas à Saúde. Finalizando, o senhor Manoel, munícipe inscrito, perguntou sobre onde serão aplicados os R\$ 2 milhões destinados à regularização fundiária, ao que a secretária disse que existem diversos processos em andamento e alguns deles necessitam de obras de infraestrutura. Que o valor será utilizado para atender a cada processo de regularização. Que a Secretaria da Habitação possui um cronograma desse serviço. Não havendo mais questionamentos a serem feitos, nem pelos vereadores e nem pelo público presente, o presidente informou aos vereadores que todos poderão apresentar emendas, no prazo de dez dias e deu por encerrada a presente audiência pública, às dez e cinquenta minutos. Da qual, para constar, nós [assinatura] José Aparecido Pereira de Carvalho, [assinatura] Daniela Leal Pisaneschi e [assinatura] Afonso André do Prado que servimos de secretários, lavramos a presente ata, a qual vai assinada, também, pelo Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento [assinatura] José Correia da Silva Neto e pelo Secretário ad hoc [assinatura] Eliomar da Silva Oliveira